



“Eu não pensava em mim, mas pensava neles”: Mulheres Negras, Cuidado e Violência Armada do Estado

 Aryanne Pereira de Oliveira e Oliveira¹,  Cristiane Batista Andrade²

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Instituto de Psicologia/Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Rua São Francisco Xavier, 524, Bloco F, Sala 10.009, 10º andar, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ. Brasil. ² Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/Fiocruz/RJ. ³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Autor para correspondência/Author for correspondence: aryannepoo2gmail.com

RESUMO. O artigo discute como a violência armada do Estado brasileiro funciona como uma prática eugênica, atingindo de forma direta e indireta a população negra, especialmente as mulheres negras. As autoras argumentam que o cuidado exercido por essas mulheres é uma estratégia de resistência e sobrevivência diante do racismo estrutural, da necropolítica e da precarização da vida. O texto aborda a construção social do gênero, mostrando como o patriarcado e o racismo científico marginalizam as mulheres negras, relegando a elas o papel de cuidadoras e submetendo-as a sobrecarga, medo constante e sofrimento psíquico. A partir de entrevistas com mulheres negras moradoras de favelas do Rio de Janeiro, o texto evidencia que o cuidado vai além das tarefas domésticas, sendo também um gesto político e subversivo. Apesar das práticas eugênicas e do sofrimento imposto, essas mulheres desenvolvem estratégias de proteção e resistência, criando possibilidades de existência para suas famílias, mesmo sob ameaça constante. O cuidado, nesse contexto, é tanto resposta à violência quanto afirmação da vida negra, mostrando a potência e a centralidade das mulheres negras na luta por dignidade e sobrevivência.

Palavras-chave: cuidado, violência armada do estado, racismo, mulheres negras.



“I didn’t think of myself, but I thought of them”: Black Women, Care, and State Armed Violence

ABSTRACT. This article examines how armed violence perpetrated by the Brazilian state operates as a eugenic practice, directly and indirectly targeting the Black population, particularly Black women. The authors argue that the care enacted by these women constitutes a strategy of resistance and survival in the face of structural racism, necropolitics, and the precarization of life. The text explores the social construction of gender, revealing how patriarchy and scientific racism marginalize Black women, assigning them the role of caregivers and subjecting them to overload, constant fear, and psychological suffering. Drawing on interviews with Black women living in the favelas of Rio de Janeiro, the article demonstrates that care transcends domestic tasks, functioning as a political and subversive act. Despite eugenic practices and imposed suffering, these women develop strategies of protection and resistance, creating possibilities for existence for their families even under constant threat. In this context, care emerges both as a response to violence and as an affirmation of Black life, highlighting the power and centrality of Black women in the struggle for dignity and survival.

Keywords: care, racism, state armed violence, black women.

Formación continua de docentes que actúan en la Educación Escolar Quilombola: saberes en diálogo.

RESUMEN. El presente artículo analiza cómo la violencia armada ejercida por el Estado brasileño opera como una práctica eugenésica, dirigida de manera directa e indirecta a la población negra, en particular a las mujeres negras. Las autoras sostienen que el cuidado ejercido por estas mujeres constituye una estrategia de resistencia y supervivencia frente al racismo estructural, la necropolítica y la precarización de la vida. El texto explora la construcción social del género, evidenciando cómo el patriarcado y el racismo científico marginan a las mujeres negras, asignándoles el rol de cuidadoras y sometiendo a la sobrecarga, el miedo constante y el sufrimiento psicológico. A partir de entrevistas con mujeres negras residentes en las favelas de Río de Janeiro, el artículo demuestra que el cuidado trasciende las tareas domésticas, funcionando como un acto político y subversivo. A pesar de las prácticas eugenésicas y el sufrimiento impuesto, estas mujeres desarrollan estrategias de protección y resistencia, creando posibilidades de existencia para sus familias incluso bajo amenaza constante. En este contexto, el cuidado emerge tanto como respuesta a la violencia como afirmación de la vida negra, resaltando el poder y la centralidad de las mujeres negras en la lucha por la dignidad y la supervivencia.

Palabras clave: cuidado, racismo, violencia armada del estado, mujeres negras.

Introdução

Em sociedades latino-americanas, a violência se apresenta não ao acaso, mas como tecnologia de poder, uma tecnologia constituída para a perpetuação de lugares subalternos na já apresentada lógica do sistema-mundo. A resolução dos problemas cotidianos de criminalidade dá-se a partir da lógica de um Estado neoliberal, tendo a violência e o consequente aumento de poder de vida e morte, como definidores de quem pode ou não morrer e, quem, mesmo se mantendo vivo, pode morrer em vida, com condições de vida desumanas. Ao que parece, o neoliberalismo respira e se fundamenta em ideais eugênicos. Propomos aqui pensar a violência de Estado enquanto prática eugênica, na certeza de que muitas outras práticas estão vigentes na sociedade brasileira. Afinal, o desejo de branqueamento foi e é parte de um desejo eugênico; tentativas de apagamento da cultura, arte, conhecimento e religiosidade negras são eugênicas; a população carcerária ser composta majoritariamente por pessoas negras é resultado de um projeto eugênico; um(a) trabalhador(a) negro(a) receber menos do que um(a) outro(a) branco(a), desempenhando as mesmas funções, é uma característica eugênica; mulheres negras serem as principais vítimas da violência obstétrica é eugenia; a esterilização em massa das mulheres negras é eugenia. a mortalidade infantil ser maior entre negra(o)s, é eugenia; a taxa de desemprego ser maior entre a população negra é eugenia; o não acesso à educação e saúde de qualidade, é eugenia. Nesse sentido, a violência se apresenta como aparato eugênico, intrínseco à estrutura capitalista.

O psicólogo social Ignacio Martín Baró (2012) compreende a violência como um componente estrutural do capitalismo, que não se reduz à distribuição inadequada de recursos, mas, exige o ordenamento da desigualdade opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria a respeitar tais mecanismos. O autor ressalta ainda que a violência, a partir de sua característica estrutural, é inerente ao capitalismo e não se resume aos atos intencionais de causar danos a outros indivíduos – denominados agressão —, mas se difunde em situações de opressão estabelecidas em que os atores podem ser diluídos em dispositivos impessoais e cristalizados em comportamentos naturalizados. A violência estrutural e a violência racial sustentam o status quo do capitalismo, tendo na violência armada uma das formas de manifestação da violência institucional do Estado.

Institucional, porque o mesmo Estado que atira em corpos negros, precariza modos de vida, subjuga modos de vida negros também como maneira de eugenzar a sociedade, exercitando em paralelo o genocídio e a necropolítica. Observamos então a naturalização de práticas de violência em um cenário sociopolítico, com um ciclo nomeado por Martín-Baró de espiral, um ciclo que se retroalimenta, tal qual o racismo enquanto violência institucional. A partir da leitura de Martín-Baró, a violência armada do Estado se apresenta como uma ação instrumental, medida por sua eficácia, objetivando um fim em si mesma, um ato agressivo com a intencionalidade de causar dano. Parece-nos relevante articular as propostas de Martín-Baró aos conceitos apresentados por Achille Mbembe acerca do conceito de necropolítica. No artigo intitulado *Necropolítica* (2016), o autor discorre sobre o conceito de necropolítica e explicita de que maneira o conceito de biopolítica, traçado por Foucault, não dará conta da discussão:

Alguém poderia resumir nos termos acima o que Michel Foucault entende por biopoder: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle. Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou seu assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem do poder? (Mbembe, 2016).

Podemos verificar a interseccionalidade de marcadores de opressão social incutida na prática da violência armada do Estado. Se os tiros alvejados têm destino, como finalidade primária, propomos pensar ainda nos objetivos secundários: se o primário é matar corpos negros masculinos, me parece que junto a essas mortes, pautadas em práticas genocidas e com finalidades eugênicas, paralelamente a essa aniquilação, é observada o sofrimento psíquico de mulheres negras que se ocupam do cuidado familiar de seus entes.

Percebe-se então um genocídio em curso que está para além da juventude negra, mas que atinge também corpos de mulheres negras. Mulheres estas progenitoras de corpos ditos insurgentes e, que, portanto, precisam ser eugenizadas. De acordo com Luciane Rocha (2017), doutora em Antropologia sobre o tema diáspora africana, as mulheres negras são as principais testemunhas do genocídio negro, uma vez que o sofrimento delas decorre tanto da violência que

recai sobre seus corpos quanto da brutalidade efetuada contra suas/seus filhas(o)s, parentes e amiga(o)s. Corroboramos com Jurema Werneck ao afirmar que “as mulheres negras precisam ser entendidas como sujeitos partícipes dos contextos em que a violência transcorre. E que são por ela, pela violência, atingidas de variadas formas, não apenas sendo mortas, mas também” (Werneck, 2017, p. 110), viabilizando a investigação do genocídio negro a partir das experiências das mães de jovens, pela via do cuidado.

Entendemos o cuidado enquanto uma necessidade inerente ao ser humano e suas possibilidades de criação de espaços seguros e de existência. A satisfação das necessidades do ser social aparece como produção da vida, tanto da própria, como da alheia, através da conexão materialista entre os indivíduos (Passos, 2021, p. 304). Para a sobrevivência humana, tende a ocorrer uma cooperação e práticas cotidianas entre indivíduos. No entanto, atravessamentos ocorrem, levando em consideração os marcadores sociais que fazem com que tal cooperação ocorra de maneiras mais ou menos vinculadas e que por vezes são atravessadas pelo descuido, frequentemente intencional, de modo a determinados sujeitos ocuparem o que Fanon (2008) denomina de zona do não ser, sendo esta um subproduto da colonialidade, descrita pelo autor como uma “uma região extraordinariamente estéril e árida” (p. 26). Mulheres negras experienciam a zona do não ser, “o corpo, a maternidade, o cuidado, o afeto, o amor e a família tudo isso é negado às mulheres negras por meio da violência que se materializa através dos diversos braços do Estado” (Passos, 2021, p. 306). O cuidado a que nos referimos está para além das práticas cotidianas, práticas estas as quais mulheres negras se ocupam em seus lares e em lares brancos. Pensaremos aqui o cuidado para além da visão machista acerca de papéis de gênero, em que o machismo delega às mulheres as tarefas domésticas e a prestação de serviços. O cuidado ofertado pelas mulheres negras em seu convívio familiar e em relações diz respeito a um ato de resistência. O texto aqui apresentado é um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado da primeira autora, tendo como interlocutoras mulheres negras que residem em territórios de favela conflagrados pela violência policial do município do Rio de Janeiro.

De que mulheres estamos falando?

Mas, ao falar de mulheres negras, a que mulheres estamos nos referindo? O ideal de modernidade estabelecido na sociedade brasileira, pautado no racismo científico, lança mão do gênero, enquanto marcador social, fazendo-se necessário um olhar atento no que diz respeito à concepção de mulheres, um papel social forjado de modo a sustentar tal ideologia, alicerçado em

concepções patriarcais e eurocêtricas. Assim, como a categoria racial, a de gênero foi fundamental ao processo de desenvolvimento do capitalismo e da exploração colonial. Junto a isso, se faz relevante salientar o apagamento das culturas africanas no que diz respeito ao lugar da mulher na sociedade.

Se o gênero é socialmente construído, então não pode se comportar da mesma maneira no tempo e no espaço. Se gênero é uma construção social, então devemos examinar os vários locais culturais/arquitetônicos onde foi construído, e devemos reconhecer que vários atores localizados (agregados, grupos, partes interessadas) faziam parte da construção. Devemos ainda reconhecer que se o gênero é uma construção social, então houve um tempo específico (em diferentes locais culturais/arquitetônicos) em que foi “construído” e, portanto, um tempo antes do qual não o foi. Desse modo, o gênero, sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural. Consequentemente, é lógico supor que, em algumas sociedades, a construção de gênero não precise ter existido (Oyěwùmí, 1997, p.39).

Feministas brancas ocidentais tiveram importante papel ao evidenciar que as desigualdades de gênero na estrutura social representam subordinação e opressão de mulheres em todo o mundo. No entanto, ao considerar somente a categoria gênero, enquanto uma categoria socialmente construída, universalizando-a e invisibilizando sua articulação com marcadores de raça e classe se configura epistemicídio de narrativas dissidentes, tal qual o processo eugênico objetiva: o apagamento de narrativas que sejam contra hegemônicas. Como veremos adiante, por exemplo, a discussão acerca da divisão sexual do trabalho, toma como norte os marcadores de gênero e classe, mas, por muitas vezes, algumas teóricas desconsideram a racialização do cuidado enquanto trabalho. Processos históricos e sociais como o imperialismo, o colonialismo e outras formas de estratificação forjaram o contexto social, sistemas de hierarquias e opressões.

A terminologia ‘patriarcado’ possui em sua etimologia o significado ‘a regra do pai’, ‘a lei do chefe da família’. O patriarcado foi estruturado em meio às relações matrimônios e familiares, e a estrutura de uma dita família nuclear, enquanto configuração institucional, coloca-se no cerne para compreensão. A estrutura da família nuclear ocidental é composta pelo ideal generificante, no qual o homem ocupa o papel de provedor e ao feminino está delegado o lugar do cuidado. O gênero é o princípio organizador da família, e essa divisão sexual do trabalho familiar produz seres com gênero e uma sociedade generificada. O patriarcado relega a possibilidade de uma sociedade matriarcal com o objetivo de ascensão da colonialidade do

poder, do ser, do saber e do gênero.

Em seu artigo intitulado *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*, Oyeroèrónké Oyěwùmí (2004) discursa sobre a construção da categoria gênero a partir do ocidente e localiza na estrutura familiar sua construção. De acordo com a autora, o gênero é a categoria fundamental da diferença, que aparece a partir dos limites da família nuclear. Oyěwùmí aponta para o fato de o feminismo não transcenda os limites da família nuclear e, conseqüentemente, sempre que mulher está presente, torna-se a esfera privada da subordinação das mulheres (p.5). Oyěwùmí (2004) busca interrogar a categoria de gênero e evidencia que os conceitos atrelados a tal categoria se baseiam em experiências e epistemologias culturais africanas, tendo como foco o sistema familiar nuclear, propondo assim romper a hierarquia eurocêntrica do conhecimento, enquanto uma compreensão da sociedade universalizante. Na busca de uma sociedade pseudomodernizada, colonizadores, ao expropriar povos negros de suas terras, produziram também a tentativa de supressão de uma lógica de funcionamento social, o matriarcado africano. Ao impor o patriarcalismo, apaga o substrato social desses povos: “este discurso nos é familiar quando se fala de África produtor de desenvolvimento histórico comum, algo rompido pela colonização, pela escravidão e a diáspora” (Scholl, 2019, p.155).

Ao interpretar o mundo social, teóricas feministas clássicas se utilizam do mesmo prisma biológico que o discurso eugenista, localizando as opressões de gênero em hierarquias sociais dadas como biológicas, como se o corpo de mulheres fosse um grupo homogêneo, bioanatomicamente determinado, sempre constituído como desempoderado e vitimizado (Marim, 2019, p.14). Nesse sentido, não nos cabe negar a constituição social da categoria gênero, mas compreender que a biologia também é socialmente construída, uma vez que o determinismo biológico é manejado a partir do social, logo, na concepção generificada do ocidentalismo, um corpo é social e histórico, este que foi e segue sendo eugenizado nas micropolíticas do Estado.

Cuidado e eugenia

Bell hooks (2019) considera o cuidado exercido por mulheres negras como um gesto político radicalmente subversivo. Segundo a autora, as mulheres negras resistiram constituindo lares onde todos os negros pudessem se empenhar em ser sujeitos, não objetos; onde pudéssemos encontrar conforto para nossos pensamentos e nosso coração apesar da pobreza, das

dificuldades e privações; onde pudéssemos restaurar a dignidade negada a nós do lado de fora, no mundo público (p. 105). Trata-se de uma prática de cuidado que extrapola os ideais de maternidade e maternagem, o lar configurado a partir do protagonismo da mulher preta. Uma prática que envolve a escolha de um espaço de respiro frente a uma sociedade de opressão e dominação, um espaço de resistência e liberdade para ser negro, ou mesmo a possibilidade de existir enquanto ser, espaço este que não à toa foi e é alvo de ações policiais em territórios de favela. Uma cena relatada pela entrevistada C. nos permite exemplificar de que maneira a polícia do Estado vislumbra homens negros: “Aconteceu uma vez, o meu marido, ele dá... dá o documento assim e ele [policial] disse ‘pra que isso? Isso não serve pra nada não!’ Como se dissesse que, mesmo ele andando todo certinho, ele tá com a carteira de habitação certinha e ele diz que não serve pra nada. Como se dissesse, se eu quiser te ferrar, eu vou te ferrar!”. A cena descrita por C. exemplifica de que maneira a atuação policial bem como sua abordagem tem direcionamentos que independem das leis e normativas em vigor na sociedade. O fato do marido de C. se preocupar e se certificar que todas as vezes ao sair de casa com documentos que o identifiquem e provem que não é o chamado ‘vagabundo’, nunca o serão suficientes. A polícia é pautada por outros valores e normas, as eugênicas.

Ao longo das entrevistas, ficou evidente o sentimento de preocupação e angústia acerca da possibilidade de abordagem e/ou perda de seus filhos e companheiros, pais, a partir de abordagens policiais. Sobre tais sentimentos, S. afirma: “Ninguém dorme, eu não durmo, a tia não dorme ... parece que as vezes a gente perdeu mais um dia de vida, quando chega em casa, parece que ressuscitou”. Mulheres negras que se configuram como mães/cuidadoras dessas vidas apresentam-se como co-vítimas desta violência e são, portanto, indiretamente vitimizadas, primeiro pela perda de seu familiar e, depois pelas condições que acompanham o assassinato (Miranda, Molina & Macvane, 2003). Estima-se que, em média, cada vítima deixe pelo menos três familiares como sobreviventes da sua morte (Soares, 2006). Para além de uma definição dessas mulheres como co-vítimas, apostamos aqui na ideia de que essas mulheres também são alvo de tal violência, por outros meios. Elas também são vítimas diretas da violência armada do Estado e seu adoecimento fruto desta política.

A ativista Monica Cunha nos permite observar o impacto da violência do Estado em corpos negros, podendo-se considerar, a partir da perspectiva eugênica, que o mesmo Estado que aniquila corpos de homens negros também aniquila paralelamente, mulheres negras.

Porque quando se mata ou encarcera o filho de uma mulher preta, essa bala não pega só em um. Na hora, ela mata só um, mas ela acaba com uma família. Acaba com uma comunidade. Deixa seres humanos sem pensar que podem continuar vivendo. Todo dia, eu tenho que acreditar que eu posso. A gente se torna refém de nós mesmas. Porque eu tenho que levantar, me olhar no espelho e dizer que eu posso ir, que hoje não vou morrer, que hoje eu não quero chorar (Cunha, 2022).

Alguns autores nomeiam parentes e amigos que perdem seus familiares por mortes violentas como vítimas ocultas, levando em consideração que estas são invisíveis tanto para o poder público quanto para a sociedade civil. Em geral, pais e mães, filhos, cônjuges e irmãos são mais atingidos do que os demais; uma estimativa conservadora nos daria três pessoas muito atingidas e outras tantas afetadas significativamente (Soares, 2006). Ao longo das entrevistas, ficou evidente a centralidade da figura feminina no lugar de cuidado, seja como suporte ou como ideal a ser seguido, e os discursos acerca do que se espera de uma mulher preta e mãe marcaram presença nas falas das entrevistadas. M., ao relatar que após o divórcio se viu sozinha, residindo com seus dois filhos, conta que respondeu ao ex-marido:

Olha, você pode ficar tranquilo ... porque eu vou passar a minha criação pra eles”. Segue dizendo: “Era aquela preocupação, independente de tudo isso, era aquela preocupação, realmente. Porque eu trabalhava fora e deixava. Mas eles iam pra escola direitinho, minha mãe sempre morou perto, e minha mãe ia lá, de vez em quando, dar uma olhada (M.).

Os traumas, as dores e o adoecimento produzidos em mulheres negras, oriundos da violência armada policial, são fruto de uma política eugenista e, por consequência, cabe questionarmos em que medida, os corpos de mulheres negras também não são alvo dessa política de extermínio que, em um primeiro momento, a partir dos dados aqui evidenciados, dizem respeito a um direcionamento inicial aos homens pretos, mas que ao analisarmos também atingem às mulheres.

***“Eu não pensava em mim, mas eu pensava neles”*: mulheres negras, cuidado e violência armada do Estado**

A necropolítica do Estado Brasileiro com desejo de eugenzar a sociedade, tendo sido o último país das Américas a abolir o regime escravocrata, produziu e produz modos de organização social acerca do cuidar. De acordo com Filho (2015),

O cuidado, construído e enraizado na sociedade patriarcal, atribuiu e atribui às mulheres a efetiva participação na manutenção da vida de sua família, por meio de diversos cuidados dispensados aos seus membros, como amamentar, cozinhar, lavar e passar roupas, arrumar a casa ... Isso implica a construção de uma identidade feminina ligada ao papel de mãe, em que

cabe às mulheres como única, exclusiva e possível função social a de cuidadoras e reprodutoras. (p.85).

Ao longo das entrevistas, ficou evidente de que maneira a dinâmica do cuidado é atravessada pelo colonialismo. Como veremos a seguir, as falas das entrevistas corroboram e evidenciam a influência do colonialismo nas conformações familiares e o ato de cuidar naturalizado como uma prática atribuída às mulheres e, a partir da intersecção dos marcadores, com maior peso às mulheres negras. Compreendido como uma função social destinada ao feminino, o cuidado se baseia no ideal eugênico de uma habilidade inata a partir do sexo biológico. O dispositivo materno diz respeito, assim, a um lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituídas como cuidadoras ‘natas’ ... esse dispositivo se construiu historicamente, sobretudo a partir do século XVIII, momento esse no qual a capacidade de maternagem foi compreendida como desdobramento da capacidade de procriação (Zanello, 2016, p.113-114).

Quando perguntadas sobre o que é cuidado, as interlocutoras apresentaram discursos centrados no lugar da responsabilidade. Fossem mãe solo ou não, viam na palavra cuidado a responsabilidade depositada em si acerca da proteção de seus filhos. A partir de suas falas, cuidado adquire dimensões distintas, aparece como gesto que reflete amor, carinho e proteção, mas, também, como trabalho. Como dito anteriormente, o Estado brasileiro buscava uma organização social pautada na necropolítica e, nesse contexto, com os diversos problemas sociais que assolavam o país, sobretudo na área da saúde, as questões de adoecimentos marcadas por condições de vida insalubres e más condições de habitação, a classe pobre, preta e faveladas foi a mais atravessada. A população negra, vista como mão de obra necessária a este contexto, e particularmente às mulheres negras, coube o trabalho de cuidar.

De acordo com Gilligan (2011), a “ética do cuidado” baseia-se na empatia, na preocupação com o outro, o bem comum e busca a manutenção dos relacionamentos de cuidado durante qualquer tomada de decisões, neste sentido a autora conclui que “dentro de uma estrutura patriarcal, o cuidado é uma ética feminina”. No ocidentalismo, às mulheres é atribuído o papel social de cuidadora, subordinadas às normas sociais. A intersecção dos marcadores de gênero, classe social e raça permite observar que a mulher negra tem papel de protagonismo nas famílias. A esse respeito, Lélia Gonzalez (2019) diz que:

... é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha.

Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (2019, p. 245).

Levando em consideração os processos históricos de colonização e escravismo, ser mulher negra implica ser colocada no lugar de cuidado. Davis (2016) aponta que as mulheres escravizadas negras passam a ser associadas à ideia de maternidade apenas a partir da abolição internacional do comércio de escravos, quando a reprodução natural passou a ser a forma de ampliação da mão de obra escrava. Ou seja, a objetificação de mulheres negras seguiu sendo utilizada de modo a sustentar a sociedade, dessa vez reproduzindo para gerar mão de obra ao novo modelo de governo e à ascensão do capitalismo. A configuração familiar produzida em contexto de escravismo proporcionou às mulheres negras o lugar de comando e poder familiar no interior das casas. Simbolizadas como matriarcais, arranjos familiares negros eram ambientes nos quais a vivência poderia ser uma experiência mais humanizada, em contraponto ao contexto social. No interior de famílias aquilombadas, mulheres negras não eram tratadas como meras senhoras do lar, tal qual as brancas, mas tinham poder e autonomia, dentro de uma configuração matriarcal.

No entanto, quando estas matriarcas eram vendidas, perdiam suas crias e eram violentadas. Ainda que lhes fosse imposta a função de maternar ou de cuidar das crianças brancas, estas mulheres não eram significadas pelos colonizadores como mães, mas sim como reprodutoras que, quanto maior a capacidade em reproduzir, mais valor monetário representavam aos seus senhores colonizadores. Assim como a escravização, a eugenia instaurada no Brasil no contexto pós-abolicionista também deve ser considerada para a compreensão das análises sobre as mulheres negras e o cuidado colonial. As relações de gênero foram fundamentais às teorias eugenistas, sendo através da reprodução sexual a via de possibilidade de transformação da sociedade, sendo o papel das mulheres meramente reprodutivo. As mulheres, da mesma forma que os homens, não configuravam uma categoria unitária, e as políticas eugênicas sobre a reprodução refletiam a divisão dentro do gênero e da vida social (Stepan, 2005, p. 117). Nesse sentido, os marcadores de gênero e raça se interligam, tendo sido o ideal de purificação racial mediado através da reprodução:

O desejo de “imaginar” a nação em termos biológicos, de “purificar” a reprodução das populações para adequá-las às normas hereditárias, de regular o fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais, de definir em novos termos quem poderia pertencer à nação ou não – todos esses aspectos da eugenia giravam em torno das questões de gênero e raça e produziram

propostas ou prescrições de novas políticas invasivas de Estado voltadas para os indivíduos. Em resumo, por causa da eugenia, gênero e raça ficaram ligados às políticas de identidade nacional. (Stepan, 2005, p. 117).

Enquanto mulheres ditas ‘arianas’ eram vistas pelos eugenistas como meramente reprodutoras, às mulheres não brancas eram tidas como indesejáveis e destinadas às políticas eugenistas de esterilização forçada. Movimentos feministas brancos, ao desconsiderarem o marcador de raça em suas pautas, defendiam campanhas de controle de natalidade, de direito ao aborto e maternidade voluntária, oferecendo quórum ao Estado, para que ele se direcionasse a corpos de mulheres negras, indígenas e pobres, que passaram a ter seus corpos violados com práticas de esterilização racistas. O movimento feminista hegemônico ignorou e segue com tentativas de silenciamento das questões colocadas pelas mulheres negras, na medida em que naturalizam e generalizam a categoria mulher. À época, o feminismo que se propôs a discutir pautas como direitos reprodutivos e liberdade sexual, não garantiu a leitura de tais dinâmicas sociais de maneira interseccional, deixando de fora os marcadores de raça e classe e, portanto, corroborava com prática de esterilizações eugenistas e racistas.

A esterilização compulsória de mulheres negras foi uma das práticas eugênicas adotadas pelo Estado pautadas no racismo estrutural. Na década de 1990, o movimento de mulheres negras e o movimento negro passam a pautar mais ativamente as discussões relacionadas à saúde reprodutiva das mulheres negras e a apontar para o caráter racista do controle compulsório da fecundidade dessas mulheres (Góes, Moore & Figueiredo, 2014). Socialmente, a maternidade de mulheres negras foi, e talvez ainda seja vista como um problema social. De acordo com Collins (2019), a maternidade é um conceito central nas filosofias afrodescendentes. Segundo ela, os estereótipos acerca de mães negras servem como mammy, a que justifica a exploração econômica, a imagem da mulher negra que abnega sua vida em prol do zelo da vida dos outros, dedica sua vida ao trabalho, a escrava doméstica.

A segunda imagem proposta por Collins (2019) é a da matriarca, aquela em que a mulher negra se distancia do que se é esperado acerca da feminilidade para performar o lugar de fortaleza. São essas as que trabalham fora e, portanto, responsabilizadas pelo fracasso de seus filhos. A terceira imagem de controle proposta é a mãe dependente do Estado, um clássico presente também na população brasileira, pois não raro ouvimos que mulheres negras querem ter muitos filhos para dependerem do Bolsa Família 16. Para esta imagem, acessar políticas de proteção social significa que a fecundidade de mulheres negras, ou seja, a reprodução da

população negra seria um ônus ao Estado. Por fim, a autora apresenta a imagem Jezebel, relacionada ao apetite sexual e o exercício de sexualidade de mulheres negras, associado a uma promiscuidade, desviante da cisheteronormatividade. “Com relação ao Brasil, que diga o ditado: branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar” (Freyre, 2003, p. 72). Todas essas imagens analisadas por Collins (2019) evidenciam as múltiplas opressões às quais mulheres negras estão submetidas, imagens de controle que produzem subjetividades e perpassam as experiências. Ao longo de nossa conversa, G. foi incisiva ao dizer de um de seus medos: “Eu não tenho medo não é nem de [meu filho] morrer, que eu vou chorar, meu medo é ficar preso, falar que é um vagabundo, entendeu?”. Mães que perdem seus filhos para a violência do Estado, no geral, são associadas às narrativas de mãe de bandido, como se ainda que seus filhos fossem bandidos, estes tivessem que morrer. Não ouvimos dizer para as mães de políticos corruptos brancos que erraram na criação deles, por exemplo.

As entrevistas evidenciaram um caráter similar a uma certa hereditariedade quanto à posição de cuidador, com uma exceção, todas as outras participantes trouxeram as figuras maternas como referenciais de cuidado, nomeando de herança tal característica. Marcadamente, compartilharam tal responsabilidade com suas mães e, na falta delas, também mulheres pretas, receberam o ofício do cuidado enquanto responsabilidade da mulher. Ao discursar sobre cuidado, S. disse:

É... é você ser responsável né? Pelo menos por aqueles que estão próximos, não só filho. Cuidado... eu acho assim, tipo apoio, tipo proteção eu acho. Eu entendo assim. Quem era o principal, seria minha mãe. Aí, como era recíproco, ela cuidava de todos e eu era responsável em cuidar dela. Então, assim, depois que ela se foi, eu acho que eu fiquei nesse lugar de cuidado. De quando eu falo, as pessoas escutam, e de quando um precisa, sempre recorre a mim. Ou, não só financeiramente, eu digo num lugar de escuta também. Eles escutam muito. Mas aí, eu não acho agora muito interessante mais não. Porque, eu acho que se torna uma carga muito puxada, porque você só se dá, aí na hora que você precisa... agora, principalmente, que eu não tenho mais minha mãe, fica assim... ninguém absorve o meu ... às vezes nem uma palavra, o deixar eu ter tempo de respirar, porque agora eu não tenho. Independente que eu queira, eu tenho que estar sempre me achando forte. A gente tem sempre que tá se achando forte porque sempre tem muita coisa pra resolver, toda hora. (S.)

S. é mãe solo de dois filhos, assim como sua mãe foi e, é a principal responsável do seu ciclo familiar, trabalha cerca de dez horas por dia em um emprego formal e, complementa renda vendendo coisas no território em que reside.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2019 mulheres dedicaram 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas,

enquanto os homens gastaram apenas 10,8 horas. As diferenças são mais agudas quando a comparação envolve as mulheres negras. São elas as que mais se dedicam a essas tarefas, com 18,6 horas semanais, aproximadamente 80% de tempo a mais que os homens, sejam eles negros ou brancos (IBGE, 2019). A partir da construção social e política institucional, mulheres estão em condições subalternas no mercado de trabalho, com uma divisão baseada em estereótipos culturais envolvendo a intersecção dos marcadores de classe, gênero e raça. Segundo María Lugones (2003; 2005; 2008a; 2008b; 2010), a modulação do gênero pela raça é um componente da colonialidade que passa despercebida no feminismo hegemônico, que, ao herdar a visão eurocêntrica, fundamentou seus construtos em papéis, estereótipos e padrões impostos às mulheres burguesas brancas. As burguesas europeias foram promovidas à condição de “mulheres”; as mulheres indígenas e africanas colonizadas e escravizadas, no entanto, associadas à natureza, foram consideradas “fêmeas”, versões primitivas das europeias sujeitadas à violência sexual sistemática dos colonizadores europeus (Pereira, 2016, p. 47).

Lélia Gonzalez, em sua obra, chama atenção ao lugar ocupado pela mulher negra brasileira no processo de formação cultural, afirmando que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (2019, p. 23), sendo sujeito fundamental na vida social, cultural e econômica. Tal dimensão nos permite pensar de que maneiras mulheres negras passaram a ocupar o lugar de oferta de cuidado. As narrativas trazidas pelas participantes da pesquisa exemplificam a produção de subjetividades quando pensamos no significado do exercício da maternidade preta: responsabilidade! G. responde ao questionamento da seguinte maneira:

Cuidado? Cuidar é tudo né, Aryanne? Responsabilidade... Cara, porque assim, quando... eu não sei falar do cuidado [se emociona]. Quando me vi ali sozinha com eles, então eu me afastei do mundo, eu só queria cuidar, tomar conta para que nada acontecesse, entendeu? Eu não queria fazer nada de errado, que eles viessem a chegar e falar assim: “nossa, minha mãe...”, entendeu? Eu acho que tudo é um cuidado, você tem medo de fazer algo errado pra eles não seguirem sabe, aquele caminho. Por mais que a gente tenha cuidado, tem filho né que muda de caminho, e eu tinha esse medo. Eu morria de medo, eu não namorei, eu não fiz nada, eu só estudava.

O discurso de G. evidencia uma preocupação marcada pelas imagens de controle conceituadas por Collins. A participante continua relatando um episódio em que os filhos reclamavam por serem privados de lazer, já que a mãe precisava trabalhar e, portanto, eles não podiam ficar em

casa sozinhos aos fins de semana, eram levados para a casa da avó:

Era horrível ... como isso me machucou! Era cuidado, porque eu precisava melhorar minha situação pra dar algo melhor, né? Tentar né, porque a gente tenta algo melhor pros filhos. Aí, até escutei de um colega uma vez, ‘G., você precisa arrumar um namorado’, eu falei não, primeiro eu preciso organizar minha vida, dos meus filhos, estudar e depois eu penso em namorar. Sabe, eu deixei de fazer muita coisa, eu não saía, nada, nada, nada.

G. não teve outras relações amorosas após o rompimento com o pai de seus filhos. As falas das entrevistadas evidenciam as contradições da dimensão do cuidado, ao mesmo tempo em que centralizam o cuidado acerca da proteção dos filhos, elas evidenciam os sentimentos de cansaço, sobrecarga, culpa. Uma dimensão de cuidado que, em virtude do marcador de raça, extrapola a esfera dinâmica/familiar, considerando ameaças externas propiciando um cuidado à proteção de vida, por conta da violência do Estado. Trata-se de vivência inscrita numa dinâmica sócio- histórica (Kitziner, 1978). Ouvir mulheres negras que historicamente foram colocadas no lugar de cuidado, compreender o olhar destas acerca do genocídio negro pode sustentar uma análise tendo em vista o papel social que tendem a desempenhar. Mulheres negras sempre estiveram no alvo eugênico, uma vez que são responsáveis por gerar vidas negras. Podemos dizer que G. performa uma mistura das imagens de controle: mommy com a matriarca que abdicou de sua vida para evitar que os filhos pudessem se envolver com o que nomeia de caminho errado, como se a vulnerabilidade e condições de vida a que ela e os filhos foram submetidos fossem somente de sua responsabilidade. A vivência de G., assim como a de tantas outras mulheres negras neste país, evidencia apenas uma face dos múltiplos impactos do abandono do Estado à população negra.

Gonzalez (2019) invoca as noções de “mulata”, “doméstica” e “mãe preta” enquanto expressões de uma neurose cultural brasileira. O arquétipo da mulher negra mucama evidencia uma cultura internalizada de valores coloniais em conjunto com a falsa ideia de feminilidade baseada na domesticidade e fragilidade. As figuras acerca das noções de “mãe preta” e “doméstica” se relacionam aos ideais de cuidado e maternagem. Segundo a autora, a mãe preta “simplesmente, é a mãe”. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Como mucama, é a mulher; então a “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por

incrível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não existe a função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe-preta” é a mãe. (Gonzalez, 2019, p. 249)

A função materna desempenhada está para além da relação mãe e filho, diz respeito ao cuidado em um sentido amplificado, “diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente” (Gonzalez, 2019, p. 249). O imaginário social colonizador criou a imagem da mulher negra enquanto sujeito ausente de feminilidade e fragilidade, sendo ditas mais resistentes, são as “que criam seus filhos(as), os filhos(as) dos filhos(as), os filhos(as) de outros(as) e que cuidam de todos(as). São mães, protetoras e arrimos da casa” enquanto “a figura patrilinear e a presença masculina estão bastante ausentes ou escassas por diferentes razões” (Guimarães, 2015, p.287). Nos espaços de exercícios de polícias eugênicas, mulheres negras também ocupavam a posição de cuidado, as africanas livres e as escravas acabavam exercendo as atividades voltadas para a organização da limpeza, da lavagem e organização das roupas, demais serviços gerais e também de um trabalho que envolvia “cuidados” diretos as pessoas internas no hospício (Passos, 2017, p. 80).

Fica evidente então as heranças do período escravagista observadas em famílias negras, desigualdades são observadas sobretudo quando falamos em mulheres negras. Refletir sobre cuidado implica, então, relacionar ao desenvolvimento de um trabalho, uma vez que cuidar exige esforço do outro. Apesar de cuidado e trabalho possuírem significados distintos, o lugar de cuidadora ocupado por mulheres negras na ocidentalidade está diretamente atrelado à divisão sexual do trabalho, que tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599). A fala da entrevistada S. nos auxilia a pensar acerca deste conceito e, da necessidade em racializar tal debate:

Eu saia cedo pra trabalhar, chegava, como todas as mães solo, só a noite. Minha mãe me deu um auxílio de cuidar do meu filho enquanto menor, né? Aí quando minha filha nasceu, com cinco meses já foi pra creche e foi essa luta. A minha sorte também é que aqui, vizinhos que a gente... o nordestino faz do vizinho uma extensão de parentesco, né? Então, já me conheciam, sabia da minha luta, se uma hora sabia que não tinha como pegar na creche, pegavam pra mim, e assim foi. (S)

A divisão sexual do trabalho precisa ser considerada em intersecção com o marcador racial, apesar da divisão sexual do trabalho incidir sobre mulheres brancas, em mulheres negras se

apresenta de maneiras diferenciadas e que provoca maior vulnerabilidade às violências e sofrimentos. A naturalização desse modelo que hierarquiza os indivíduos a partir da categorização racial atravessa de forma perversa a vida das mulheres negras. Podemos observar que desde o regime escravista ocorre o sequestro das crianças de mulheres negras, os estupros, a prostituição, a reprodução involuntária para manutenção da força de trabalho escravizada, a maternagem imposta (criação das crianças brancas); tudo isso marca a composição da formação social brasileira e, ainda hoje, se faz presente nas relações sociais (Passos, 2020, p. 119). Mulheres negras permanecem sendo postas em lugares subalternos, pois se mulheres brancas conseguem acessar o mercado de trabalho, tal acesso é facilitado porque mulheres negras remanescem ocupando postos de empregadas domésticas, serventes, cozinheiras, babás. De acordo com Lélia Gonzáles (2011), abordar a divisão sexual do trabalho sem vinculá-la ao marcador racial, implica na produção de um racionalismo universal abstrato típico de um discurso masculinizado branco.

Se, para mulheres brancas, o cuidado esperado pela sociedade colonial se dá pelas vias da maternidade ideal, às mulheres negras foi forjado socialmente o que a assistente social Rachel Gouveia Passos chama de “cuidado colonial”, tendo como traço marcante a dororidade, ao serem localizadas na zona do não ser, as mulheres negras são desumanizadas, sendo destinado o cuidado colonial, o que significa que não se pode prover a subsistência e a existência, ou seja, criminaliza-se as necessidades e extermina-se os frutos dessa maternidade (Passos, 2021, p. 307). Socialmente, não se espera que a mulher negra exerça o ideal de cuidado ou maternidade, mas aquele que é imposto pela branquitude. No entanto, conforme citado anteriormente, mulheres negras seguem ofertando cuidado diariamente a suas famílias. Ao se submeterem a trabalhos subjugados de modo a ofertar o sustento do lar, por muitas vezes saindo pela madrugada para trabalhar e só retornando quando o sol já se pôs, passando pouco tempo com seus filhos, isso também precisa ser considerado cuidado, o cuidado de prover o lar onde se possa existir, ser quem se é, nutrindo de resistências para encarar o mundo fora de casa, fazendo do lar aquele espaço ao qual, de acordo com Hooks (2019), regressamos para nos renovar e nos recuperar, no qual podemos curar nossas feridas e nos tornar inteiras.

Apesar disso e da resistência para a existência, as práticas eugênicas proferidas pela polícia do Estado atingem outra dimensão dessas mulheres: o sofrimento psíquico. Mesmo que todas as entrevistadas não tenham perdido filhos para a violência, ao longo das entrevistas

revelam a dimensão do medo presente e, que não basta a necessidade de reorganizarem a rotina a partir da possibilidade de terem seus filhos abordados ou alvejados, a sensação é de que nunca será suficiente para calar o medo. S. relata:

É... eu quando morava fora, a nossa visão sobre policiamento é outra, é de segurança. ... Quando eu cheguei aqui, eu fui morar em casa de madame, fui trabalhar na zona sul e morei um tempo na zona sul. A ideia era que é segurança. Mas, morando dentro da favela, a gente vê, que assim... eu não vejo como segurança. Eu vejo como, praticamente um extermínio, entra já... ... quando acontece isso, não funciona nada, creche não funciona. E, às vezes não tem parente pra tomar conta de filho, e aí? A criança fica... como já aconteceu, de ligar pra casa e minha mãe não querer me falar que ‘a porta tá cercada’, minha mãe era deficiente física, não conseguia andar direito. (S.)

Dentre os muitos medos que permeiam essas mulheres, ao longo das entrevistas, elas abordam a organização da própria vida em prol desse medo. Com estabelecimento de rotinas, medidas de segurança, arranjos familiares, grupos de WhatsApp local para comunicação acerca da possibilidade de incursões policiais. A presença da polícia, é sempre um risco.

Cuidado subversivo

A partir do autoritarismo das estruturas de poder e em nome da ordem moral e dos bons costumes, mortes de jovens negros são reiteradamente negligenciadas, assim como as sobreviventes destas mortes: mulheres negras. Ao longo da realização do campo da pesquisa, ficou evidente o receio destas mulheres, protagonistas deste trabalho, de serem taxadas como “mães de bandido”, e a percepção de que apenas o fato de serem mães de meninos negros e residirem em favelas já lhes conferem esse título, mesmo que seus meninos não estejam envolvidos em atividades ilícitas. Elas percebem que os corpos deles estão sendo utilizados em nome de uma falsa guerra ao tráfico, que mascara a carnificina de origem eugênica e racista.

Concluimos que a violência policial do Estado contra corpos negros é o objetivo de tantas outras estratégias eugênicas em funcionamento. Os mesmos jovens negros que morrem pelos cento e onze tiros de fuzil e pistola, são sujeitos que enquanto crianças e adolescentes possuem os menores índices de investimentos do Estado no que diz respeito a políticas públicas, com piores acessos a serviços, vivendo em maiores índices de vulnerabilidade. Os mesmos que, por necessidade, iniciam desde cedo no mercado de trabalho informal, ou quando formal, de modo precarizado e mal remunerado.

Apesar disso, estas mesmas mulheres, apresentam discursos potentes de estratégias de sobrevivência e consequente resistência a este modelo com estratégias de cuidado. Embora o

sentimento de medo seja constante, assim como o estado de vigilância, elas forjam diariamente possibilidades de existência, firmando a possibilidade do ser e estar vivo. Dessa maneira, se mostram como perigo ao Estado, não reafirmando a imagem racista do negro perigoso, mas, sim, evidenciando que de fato o Estado deve se preocupar porque, apesar de tantas tecnologias de violência, seguem forjando formas de vida que propiciem a manutenção da existência. Cabe ressaltar, que não cabe essencializar ou romantizar a prática de cuidado exercida pelas mulheres negras. O cuidado ofertado no cotidiano, com dimensão de proteção às vidas de seus filhos, deixa evidente as práticas eugênicas bem como seus impactos no cotidiano de vida das famílias pretas. Mulheres negras reconhecem os riscos que envolvem o exercício de sua maternidade e, moldam seu exercício, suas vidas e subjetividades em prol da manutenção da vida ou sobrevivência, contando com o apoio de outras mulheres para o exercício do cuidado. Trata-se então, de uma resistência conjugada com a dimensão do sofrimento psíquico, do sentimento de medo evidenciado na fala das mulheres, do sofrimento. Não se trata só de resistir, mas também de sobreviver ao racismo do Estado.

Referências

- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (1ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Filho, R. M. (2015). Cuidado. In F. Fleury-Teixeira & L. Meneghel (Orgs.), *Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência* (pp. 101-104). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- Gilligan, C. (2011). *Joining the resistance*. Cambridge: Polity Press.
- Goes, E., Moore, H., & Figueiredo, J. (2015). Mulheres negras, racismo e a (não) garantia dos direitos reprodutivos. Agência Patricia Galvão. População Negra e Saúde.
- Gonzalez, L. (2019). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In H. B. Holanda (Org.). *Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto* (pp. 237–256). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Gonzalez, L. (2011). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, 1.

Guimarães, F. G. (2015). *Rio negro de janeiro: olhares geográficos de heranças negras e racismos no processo-projeto patrimonial* (Tese de Doutorado, UFBA). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Hooks, B. (2019). *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Editora Elefante.

IBGE. (2010). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico*.

Kergoat, D., & Hirata, H. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132).

Kitzinger, S. (1978). *Mães: um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa: Editorial Presença.

Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, (9), 73–101.

Lugones, M. (2005). Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color. *Revista Internacional de Filosofía Política*, (25), 61–75.

Lugones, M. (2008b). The coloniality of gender. *Worlds and Knowledges Otherwise: a web dossier of the Center of Global Studies and the Humanities*. Durham: Duke University.

Lugones, M. (2003). The inseparability of race, class and gender in Latino studies. *Latino Studies*, 1(2), 329–332.

Lugones, M. (2010). Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, 25(4), 742–759.

Marim, C. I. (2019). Outras epistemologias – múltiplas narrativas sobre sexo, gênero e papéis sociais. *Intuitio*, 12(1), 33205.

Martín Baró, I. (2012). *Acción y ideología: psicología social desde Centro América*. San Salvador: UCA.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Artes e Ensaios*, (32), 123–151.

Miranda, A., Molina, B., & Macvane, S. L. (2003). Coping with the murder of a loved one: Counseling survivors of murder victims in groups. *Journal for Specialists in Group Work*, 28(1), 48–63.

Oyèrónké, O. (1997). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (p. 324). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Oyèrónké, O. (2004). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos

feministas e o desafio das epistemologias africanas. In O. Oyěwùmí, *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies* (pp. 1–8, J. A. Lopes, Trad.). Dakar: CODESRIA.

Passos, R. G. (2021). “O lixo vai falar, e numa boa!”. *Revista Katálisis*, 24(2), 301–309. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77194>

Passos, R. G. (2017). De escravas a cuidadoras: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. *O Social em Questão*, 20(38), 77–94.

Passos, R. G. (2020). Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Em Pauta*, 18(45), 116–129.

Pereira, A. C. J. (2016). *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social* (Tese de Doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Rocha, L. (2017). Morte íntima: a gramática do genocídio antinegro na Baixada Fluminense. In A. Flauzina, & J. Vargas (Orgs.), *Motim: os horizontes do genocídio antinegro na Diáspora*. Brasília: Brado Negro.

School, C. J. (2019). Matriarcado em África: discursos na história acerca de poder político e gênero. In M. B. Fonseca & F. C. Oliveira (Orgs.), *Áfricas e suas relações de gênero* (pp. 155–184). Rio de Janeiro: Edições Áfricas; Ancestre.

Soares, G., et al. (2006). *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: CESeC.

Stepan, N. (2005). *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Werneck, J. (2017). Quem vai dizer o nome dela? Sobre violências, aniquilamentos e mulheres negras. In A. Flauzina & J. Vargas (Orgs.), *Motim: os horizontes do genocídio antinegro na Diáspora*. Brasília: Brado Negro.

Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In V. Zanello & M. Porto (Orgs.), *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia* (pp. 103–122). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 03/02/2026
Aprovado em: 10/03/2026
Publicado em: 17/03/2026

Received on February 03th, 2026
Accepted on March 10th, 2026

Published on March, 17th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Oliveira, A. P. O., & Andrade, C. B. (2026). "Eu não pensava em mim, mas pensava neles": Mulheres Negras, Cuidado e Violência Armada do Estado. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20504.

ABNT

OLIVEIRA, A. P. O.; ANDRADE, C. B. "Eu não pensava em mim, mas pensava neles": Mulheres Negras, Cuidado e Violência Armada do Estado. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 11, e20504, 2026.